

Comunicação: Brazil Windpower 2012

Rodrigo Sias
Daniel Seiceira
Marcela Puppim Carvalho
Felipe Pereira

Comunicação

Brazil Windpower 2012

Data e local: 29 a 31 de agosto de 2012, Centro de Convenções SulAmérica, Rio de Janeiro

Evento: Brazil Windpower 2012

Representantes do BNDES: Rodrigo Sias

Daniel Seiceira

Marcela Puppim Carvalho

Felipe Pereira

Abertura e painel *talk show* – Representantes da EPE e ABEEólica

A temática da energia eólica já não é mais novidade no Brasil. Depois que o segmento ganhou escala, principalmente com o programa Proinfa, os custos da energia eólica nos últimos leilões mostraram-se bastante competitivos, sobrepujando fontes energéticas como a biomassa e o gás natural. Atualmente, segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a energia eólica tem o segundo menor custo entre as fontes, ultrapassada somente pela energia hidráulica. Nesse contexto, o Brasil se apresenta como terreno fértil para o desenvolvimento da cadeia produtiva.

De acordo com a EPE, 8 GW eólicos terão sido instalados no Brasil até 2015. Em 2020, existe a expectativa de que esse potencial cresça e alcance 14 GW eólicos instalados.

A respeito da velocidade de instalação dos parques eólicos, o representante da EPE argumentou que leilões A-3¹ são, na prática, A-2, pois diversos projetos têm ritmo de construção mais acelerado

¹ Os empreendimentos vencedores no leilão atual devem iniciar o suprimento de energia em um prazo de três anos, por isso o leilão é denominado A-3.

do que o esperado. Isso não é, necessariamente, positivo, já que o desenvolvimento dos parques eólicos nem sempre vem acompanhado da expansão das linhas de transmissão. Dessa forma, cogitou-se privilegiar parques em áreas próximas a linhas de transmissão já existentes, nos próximos leilões. A ideia foi criticada pelo representante da ABEEólica, já que, segundo ele, isso poderia elevar o valor das tarifas ofertadas nos leilões.

Painel Balanço – Representantes da EPE, ABEEólica e PSR

O representante da consultoria PSR apresentou a ideia de criação de centros de excelência em universidades brasileiras para a medição do potencial eólico e hidráulico, entre outros. Dessa forma, seria possível centralizar a certificação, diminuindo o viés das medições privadas, além de tornar públicas as medições de potencial energético. Em continuação a sua exposição, o representante do PSR criticou o fato de o Brasil não participar do International Renewable Energy Agency (Irena). Isso ocorre porque a organização internacional não classifica grandes centrais hidrelétricas (UHE) como fontes de energia renovável. Argumentou-se que as unidades hidrelétricas não são apenas reservatórios de água, mas, sim, reservatórios de energia.

Esperava-se que os grandes investimentos em energia eólica ocorriam a partir de 2012, mas foram iniciados bem antes, antecipando a “onda eólica”. Isso foi resultado da conjuntura (mercados maduros em crise, barateamento da tecnologia e grande interesse pelo mercado brasileiro, que atraiu as multinacionais do setor) e de um marco regulatório com muitos incentivos e poucas sanções punitivas para atrasos e desvios.

A tarifa da energia eólica caiu de R\$ 300, em 2008, para R\$ 100, em 2011, o que a tornou bastante competitiva nos leilões. Hoje, o grande “gargalo” se encontra nas linhas de transmissão, com problemas ambientais, gerenciais e mesmo relacionados ao fornecimento de equipamentos.

Segundo entendimento consensual dos participantes, a expansão das eólicas depende das UHE, uma vez que os reservatórios funcionam como *backup* para os sistemas eólicos.

Quando o painel foi aberto para manifestação do público, novos temas foram surgindo, chegando-se a algumas assertivas dos representantes:

- Modelos estocásticos deveriam ser aprimorados para tornar as medições mais robustas.
- Há um risco sistêmico na competição selvagem no setor de fabricantes; um excesso de ousadia (por exemplo, sair de P-90 para P-50) pode pôr em risco o sistema energético, já que a barreira de entrada nesse mercado é baixa.
- Licenças ambientais deveriam ser emitidas antes da participação nos leilões de energias renováveis, sendo a agilidade no processo de responsabilidade governamental, e não do empreendedor privado.

Painel Financiamento – GWEC, BNDES, IFC, Banco Santander e Banco Itaú

Os bancos comerciais argumentaram que o custo de *funding* dos bancos privados é elevado, não conseguindo competir diretamente com o BNDES. Portanto, os bancos privados tendem a atuar de forma complementar ao BNDES no financiamento de Usinas de Energia Eólica (UEE). Os bancos realizam empréstimos de curto prazo aos *sponsors*, em operações de empréstimos-ponte e fiança.

O representante do BNDES (Antônio Tovar – chefe de departamento do AIE/DEAL) salientou que os empreendedores não estão dispostos a correr riscos de longo prazo. O segmento de energia eólica não é uma exceção, pois isso acontece em todo o setor de infraestrutura. Existe uma dificuldade por parte dos bancos comerciais de fazer captações maiores que dez anos e, consequentemente, conceder crédito nesse prazo.

Além disso, a tarifa a R\$ 100 não viabilizaria retorno compatível com a estrutura de custos do sistema bancário privado. Por outro

lado, tal modicidade tarifária também só é possível com o financiamento do BNDES.

Ainda ressaltou-se a importância de desenvolver estruturas que contem com a emissão de debêntures de infraestrutura.

O IFC indicou a possibilidade de financiar estruturas mais ariscadas, voltadas ao mercado livre e com aplicação de tecnologias inovadoras. Além disso, o IFC disse que tinha capacidade para captar em reais e que também poderia atuar como investidor de longo prazo.

Houve um consenso de que a instauração de ambiente de comercialização de contratos ACL pode propiciar preços mais reduzidos do que os comercializados contratos ACR (o BNDES foi o primeiro agente a financiar uma usina com contrato ACL, o que foi feito para uma PCH). Contudo, deve-se ter em conta que contratos ACL são de curto prazo e há maiores riscos do que os contratos ACR, que são de longo prazo. Essa percepção de risco, no entanto, pode retrair ainda mais o financiamento dos bancos comerciais.

O Itaú compreende que, para a mitigação dos riscos de contratos ACL, o mais interessante é a composição de um *mix* contratual de ACR e ACL. O desenvolvimento do mercado de capital pode trazer mais dinamismo. No entanto, o viés sempre é de complementaridade com o BNDES.

Painel Iberoamérica – Desafios para o Desenvolvimento de Energia Eólica – Representantes do AMDEE (México), Acera (Chile), AUDEE (Uruguai) e GWEC

O representante do GWEC afirmou que o crescimento da demanda por energia elétrica na América Latina é a antítese do que vem ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos. A região registrou um crescimento de 66% em energia eólica em 2011. O subcontinente sul-americano está muito atrativo, sobretudo pelo bom momento

do setor no Brasil. Há 4,5 GW instalados na América Latina (em agosto de 2012).

No México, há 1.159 MW eólicos em operação, o que coloca o país no *ranking* dos 25 países com maior capacidade instalada no mundo. Em 2020, a América Latina deverá ter 30 GW instalados, capitaneados por México e Brasil, cada um com 12 GW.

O representante chileno do Acera informou que hoje há 203 MW eólicos instalados no Chile, 414 MW em construção e 4.183 MW outorgados. A intenção do país é sair de 10% para 20% da energia renovável na sua matriz em 2020.

O representante uruguaio da AUDEE observou que, de todas as licitações ocorridas no Uruguai, há uma outorga de 1.353 MW eólicos, ou seja, uma previsão de setecentos aerogeradores a serem instalados em dois anos.

Painel Energias Renováveis, a Economia Global e a Situação do Brasil – Representantes do GWEC, ABEEólica, EWEA e Irena

O Brasil passa por um momento dinâmico, cujo marco são os 2 GW instalados, levando a um grande interesse dos fabricantes mundiais pelo país. A previsão é de que o mercado brasileiro de energia eólica movimentará R\$ 25 bilhões até 2015.

Atualmente, a fonte eólica é a segunda mais barata da matriz brasileira, e o Brasil é o quarto país em incremento anual dessa fonte, atrás apenas de China, Índia e Estados Unidos. Outro grande marco é o nascimento da primeira marca 100% nacional, a empresa WEG, apoiada pelo BNDES.

A avaliação é de que, embora o Proinfra não tenha alcançado suas metas iniciais, foi um excelente laboratório, que propiciou aprendizado ao país e que foi bem-sucedido para deflagrar o processo, ajudando na montagem inicial da indústria.

Apesar do bom desempenho do setor eólico no Brasil, foram apontados alguns desafios:

- integração com a fonte de energia solar, o que seria um grande salto;
- desenvolvimento do mercado livre, para diminuir a dependência dos leilões;
- criação de regras mais claras para o meio ambiente;
- criação de rede de pesquisas mais extensa sobre o setor eólico no país; e
- como a possibilidade de financiamento de longo prazo é restrito, o índice de nacionalização tem forçado a manufatura no país graças ao BNDES/Finame.

O EWEA observou que a Europa deve alcançar 100 GW eólicos instalados, com desaceleração na Alemanha e na Espanha, enquanto há crescimento percentual mais acentuado na Europa Oriental. Com a estabilização do mercado de energia eólica na Europa, aumentam-se as exportações para evitar estoques.

Painel de Fornecedores – Representantes do GWEC, GE, Wobben, Acciona, Vestas, IMPSA, Gamesa e WEG

A empresa Gamesa informou que um dos gargalos são os custos de cabotagem. A empresa WEG notou que se deve buscar redução no custo das chapas de aço e componentes, mas que esse deve ser um esforço principalmente de fornecedores. A empresa diz ter alcançado 84% de conteúdo nacional, sugerindo que se determinasse uma diferenciação nas taxas de juros no financiamento do BNDES para fabricantes que alcancem índices maiores que 60%.

A Wobben se posicionou a favor da diferenciação dos fabricantes que alcancem índices superiores a 60% de nacionalização, a fim de incentivar cada vez mais o desenvolvimento da cadeia produtiva.

A empresa GE diz estar trazendo fornecedores estrangeiros para adensar a cadeia produtiva e completou confirmando que se adapta para atender às regras do BNDES e continuar competitiva no setor. A GE, a WEG e a Gamesa declaram ter capacidade produtiva adequada para fornecimento nos próximos anos.

Dos fabricantes presentes, apenas a Acciona não defendeu as políticas do BNDES, alegando que o Banco não disponibilizou as regras de forma clara.

O representante da GWEC mostrou-se desfavorável a qualquer tipo de política em favorecimento de conteúdo nacional, pois o mercado nacional *per se* é fator atrativo para instalar indústrias no país.

Por fim, a IMPSA observou que a totalidade de fabricantes no mundo tem capacidade de ofertar 80 GW por ano em equipamentos, mas só existe demanda de instalações de 40 GW por ano.

Painel Operação, Mercado e Regulação – Representantes do ABEEólica, ONS e CCEE

Prevê-se que a energia eólica representará 5,5% da matriz e atingirá 8,4 GW em 2016. Atualmente, o parque energético brasileiro tem 120 GW instalados.

A CCEE argumentou que os leilões deveriam ser realizados por região geoeletrica, limitando a entrada máxima de cada fonte no leilão. Isso reduziria a concentração de determinadas fontes em algumas regiões e aumentaria a segurança energética de operação e comercialização do sistema.

A ABEEólica observou que o planejamento energético não deve contemplar apenas bacias hidrográficas, mas também as “bacias de ventos”.

O representante do ONS falou da tendência de aprofundar os esforços para transmissão. Seria desejável que, para cada 1 MW de eólica, houvesse 1 MW em reservatório, em vez de 1 MW em termelétrica de *backup*. Na Europa, não há essa opção. Em Portugal, por exemplo, 25% da energia vem de fontes eólicas, mas o custo global é alto, pois o *backup* é de termelétricas e a transmissão é deficiente, além de ser necessário realizar uma análise mais detalhada dos custos financeiros e ambientais das opções de *backup*, sobretudo termelétrico e reservatórios hidráulicos.

Deve haver uma mudança no atual enfoque do planejamento energético. Houve um planejamento intenso no lado da oferta e quase nenhum no lado da demanda. Nesse ponto, o Brasil teria caminhado para trás. Havia tarifas incentivadas em determinados horários, mas, desde o racionamento energético de 2001, não se aplicam mais tarifas diferenciadas. Existe a necessidade de trabalhar no gerenciamento da demanda para alcançar maior eficiência no gasto energético. O binômio custo e segurança deve ser abordado quando da configuração da matriz energética.

Painel Logística e Cadeia de Fornecimento – Representantes do IHS CERA e CGEE

O IHS informou que no Canadá há 3 GW eólicos instalados, contudo o país não consegue manter uma cadeia de fornecedores, pois os leilões são esporádicos e não há possibilidade de exportar excedentes produtivos, além de não haver um projeto de longo prazo em energia eólica.

A ABEEólica ressaltou que o estímulo do BNDES poderá tornar o Brasil um dos líderes mundiais na produção de aerogeradores.

O representante do CGEE resalta que, com a política de conteúdo local, existe o potencial de criação de muitos empregos. O CGEE afirmou que, atualmente, a atividade de pesquisa e desenvolvimento (P&D) é irrisória e se concentra no Sudeste. Os estudos do CGEE mostraram que o custo do aerogerador é composto hoje de: 20% torre, 20% rotor e 60% nacele (por causa da complexidade tecnológica).